

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1020043-67.2015.8.26.0566 - Ordem 195/2016**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Assistência Pré-escolar**  
 Impetrante: **PAULO CELSO MACHADO NETO**  
 Impetrado: **Reitor da Universidade de São Paulo - Usp - Campus São Carlos**

Justiça Gratuita

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar, impetrado pela criança P. C. M. N., representada por sua genitora M. P. U. tendo como autoridade coatora o Reitor da Universidade de São Paulo - Campus de São Carlos – SP.

Aduz em síntese que a genitora do impetrante é aluna regular de pós-doutorado da Universidade de São Paulo.

Ao buscar promover a matrícula do menor, a mesma não foi efetuada pois o CCI não possuía autorização para tanto e que não haveria ingresso de novas crianças ainda que tivesse irmãos matriculados na mesma unidade.

Aduziu ainda que o impetrante preenche todos os requisitos para obtenção da vaga. Dessa forma, seu direito líquido e certo estaria sendo violado.

Ademais, não foi realizado processo seletivo para o ano de 2016.

Pugnou ao final pela concessão da liminar para efetivar a matrícula de P. C. M. N., junto a creche e pré-escola da USP – São Carlos, com a concessão da segurança ao final.

A medida liminar foi deferida às folhas 31/33.

Comunicada a interposição Agravo de Instrumento pela Universidade de São Paulo – USP, às folhas 49/50, contra a decisão de folhas 31/33.

O impetrante informou às folhas 84 que a liminar foi cumprida em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

15/03/2016.

As informações foram prestadas às folhas 91/102, noticiando também que o vínculo da genitora do impetrante se encerra em junho do presente ano.

Instado a se manifestar o i. Promotor de Justiça requereu a concessão da segurança nos moldes da liminar deferida.

É o relatório. Fundamento e decido.

O direito à educação é garantido constitucionalmente no Estado Democrático de Direito.

Art. 205 da CF/88: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Trata-se de direito fundamental e de aplicação imediata, competindo ao Estado *latu sensu*, União, Estados e Municípios, zelarem pelo seu fornecimento e execução.

Ao Município compete atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, conforme disposição contida no artigo 211, §2º da Constituição Federal.

A Universidade de São Paulo é uma autarquia de regime especial, criada pelo Decreto nº 52.326/69, que no artigo 1º, assim dispõe:

Artigo 1.º - A Universidade de São Paulo, criada pelo decreto estadual n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, modificado pelo decreto-lei estadual n. 13.855, de 29 de fevereiro de 1944 e autarquia de regime especial, com autonomia didático-



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

científica, administrativa, financeira e disciplinar, sujeita a fiscalização do Governo do Estado, no que disser respeito a tomada de contas e inspeção de contabilidade.

Assim, a autarquia em questão não tem obrigação legal ou ainda constitucional em disponibilizar vagas àquelas pessoas. Se o faz, é por mera liberalidade, conforme se observa da leitura conjunta dos artigos 10 a 12 do Regimento Interno.

Não fosse isso motivo suficiente, as universidades gozam de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. (artigo 207, CF/88).

Dessa forma, o dever de ofertar vagas em creche é do Município e não da Universidade de São Paulo, conforme já exposto.

Em recente decisão proferida pela Câmara Especial, ao julgar o Agravo de Instrumento nº 2222607-67.2015.8.26.0000 oriundo desta Vara, assim restou ementado:

"Agravo de Instrumento. Ação de obrigação de fazer buscando matrícula em creche da USP aos filhos de funcionários e alunos. Tutela de urgência deferida determinando o fornecimento de vagas na creche aos dois menores deste recurso. Agravo de Instrumento visando a reforma da decisão. A Universidade de São Paulo é uma autarquia com autonomia administrativa e financeira, oferecendo vagas em creche por mera liberalidade. Dever constitucional do poder público quanto à concessão de vaga em creche que não traduz obrigação à agravante. Inteligência do art. 207 da Constituição Federal, bem como do art. 1º do Decreto n. 52.326/69. Ausência de verossimilhança. Recurso provido"


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não tem sido outro o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao julgar casos análogos. Confira-se:

“Agravado de Instrumento nº 2081064-76.2015.8.26.0000 – Comarca de Ribeirão Preto – Vara da Infância e Juventude e do Idoso – Processo nº 1007669-05.2015.8.26.0506 – Agravantes: P.F.V.B. e outros – Agravada: Universidade de São Paulo – Juiz: Paulo César Gentile – Voto nº 3.397 – AGRADO DE INSTRUMENTO. Mandado de segurança. Decisão que indeferiu a matrícula dos menores em creche vinculada à USP. Discricionariedade da oferta de vagas aos filhos de alunos, docentes e funcionários da Universidade de São Paulo. Artigos 1º e 2º, ambos do Decreto nº 52.326/69. Ausência de prova inequívoca e verossimilhança das alegações dos agravantes quanto a ocorrência de eventual óbice à pretensão das vagas na rede pública de ensino municipal após a negativa do fornecimento das vagas pela autarquia estadual. Decisão mantida. Recurso desprovido. O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores EROS PICELI (VICE PRESIDENTE) (Presidente sem voto), PINHEIRO FRANCO (PRES. SEÇÃO DE DIREITO CRIMINAL) E RICARDO ANAFE (PRES. DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO) – São Paulo, 24 de agosto de 2015 – LIDIA CONCEIÇÃO – RELATORA”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

“Agravamento de Instrumento nº 2150958-42.2015.8.26.0000 – Comarca de Ribeirão Preto – Vara da Infância e Juventude e do Idoso – Processo nº 1019843-46.2015.8.26.0506 – Agravantes: Associação de Pais e Educadores da Creche Carochinha APECC/USP Ribeirão Preto – Agravada: Universidade de São Paulo – Juiz: Paulo César Gentile – Voto nº 4.315 – AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação civil pública. Decisão que indeferiu matrícula dos menores em creche vinculada a USP. Discricionariedade da oferta de vagas aos filhos de alunos, docentes e funcionários da Universidade de São Paulo. Artigos 1º e 2º, ambos do Decreto nº 52.326/69. Ausência de prova inequívoca e verossimilhança das alegações dos agravantes quanto a ocorrência de eventual óbice à pretensão das vagas na rede pública de ensino municipal após a negativa do fornecimento das vagas pela autarquia estadual. Decisão mantida. Recurso desprovido. O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores EROS PICELI (VICE PRESIDENTE) (Presidente sem voto), PINHEIRO FRANCO (PRES. SEÇÃO DE DIREITO CRIMINAL) E RICARDO ANAFE (PRES. DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO) – São Paulo, 26 de outubro de 2015 – LIDIA CONCEIÇÃO – RELATORA”.

“Agravamento de instrumento. Ação de obrigação de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fazer buscando matrícula em creche da USP aos filhos de funcionários e alunos. Tutela de urgência deferida determinando o fornecimento de vagas na creche aos dois menores deste recurso. Agravo de instrumento visando a reforma da decisão. A Universidade de São Paulo é uma autarquia com autonomia administrativa e financeira, oferecendo vagas em creche por mera liberalidade. Dever constitucional do poder público quanto à concessão de vaga em creche que não traduz obrigação à agravante. Inteligência do art. 207 da Constituição Federal, bem como do art. 1º do Decreto n. 52.326/69. Ausência de verossimilhança. Recurso provido. (Agravo de instrumento nº 2207670-52.2015.8.26.0000, Relator Pinheiro Franco, DJ: 01º/02/2016).

Por fim, frise-se que a genitora do impetrante terá seu vínculo encerrado com a instituição em 30/06/2016 conforme documento juntado às folhas 14.

Ocorre que, no presente caso, os direitos em jogo devem ser ponderados à luz do princípio do melhor interesse da criança.

Tendo em vista que há informação que o impetrante encontra-se matriculado há quase 2 meses na unidade, qualquer alteração a ser realizada trará enormes prejuízos emocionais a ele.

Essa abrupta desvinculação não pode subsistir, sob pena de causar danos ainda maiores na criança.

O entendimento de desobrigação da Universidade de São Paulo em fornecer vagas em escola, continua sendo aquele exposto nas razões acima. Contudo, diante do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

quadro fático apresentado, excepcionalmente, nesses autos, deve ser relativizado o direito afirmado pela USP, considerando o princípio do melhor interesse do menor e os danos emocionais e psicológicos que a sua desvinculação agora, poderão representar.

Ante o exposto, **CONCEDO A ORDEM** pleiteada e confirmo a liminar concedida às folhas 31/33.

Deixo de proceder a condenação em honorários advocatícios com fundamento no artigo 25 da Lei do Mandado de Segurança e nas Súmulas 105 do STJ e 512 do Supremo Tribunal Federal.

Custas *ex lege*.

Decorrido o prazo para interposição de eventual recurso, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para reexame necessário, nos termos do artigo 14, §1º da Lei do Mandado de Segurança.

**Comunique-se a Câmara Especial considerando a interposição do Agravo de Instrumento nº 2028579-65.2016.8.26.0000, Relatora Ana Lucia Romanhole Martucci, sem necessidade de aguardar o trânsito em julgado da presente sentença.**

P.R.I.

São Carlos, 05 de maio de 2016.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**